

DOI: 10.21057/10.21057/repamv11n2.2017.24908

Recebido: 13-03-2017

Aprovado: 17-08-2017

Políticas Familiares y de Género en Argentina, Bolívia, Colombia, Chile, Cuba - 2000-2013

(Editoras: Graciela Di Marco, Jhoana Alexandra Patiño López, Luisa Fernanda Giraldo - 1a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2015)

Luiza Lobato Andrade¹

O livro é o resultado do esforço do Grupo de Trabalho Família e Género em Dinâmicas Transnacionais e Locais, composto por pesquisadores de diversos centros de pesquisa e universidades latino-americanas², durante o período de dois anos, de 2014 a 2015. O referido GT foi formado com o objetivo de contribuir para a ampliação da discussão e da compreensão das questões relacionadas às políticas públicas orientadas para as famílias e para as relações de género, em seus aspectos metodológicos, pedagógicos, simbólicos e políticos.

A obra apresenta uma visão essencialmente crítica às políticas voltadas às famílias na América Latina devido à prevalência histórica de uma concepção de família como uma entidade homogênea, nuclear e heterossexual, o que tem invisibilizado a existência de distintos arranjos familiares, sentidos e relações de poder e reforçado

as desigualdades. O livro faz um esforço no sentido de problematizar as visões tradicionais sobre relações de género/sexualidade, poder e autoridade, as relações étnicas, a divisão sexual do trabalho e a conflituosa separação entre os âmbitos público e privado. As concepções tradicionais latino-americanas sobre esses temas têm relação com a perpetuação da cultura sexista e racista, com a feminização e familiarização do trabalho reprodutivo, com a baixa representatividade das mulheres nos espaços públicos – de forma sintética, e utilizando os termos das autoras, com o déficit de processos de democratização das famílias.

O pessoal também é político – essa premissa básica da segunda onda do movimento feminista permeia toda a obra. Pode-se dizer que o grande objetivo do livro é deixar claro que as relações familiares, ocorridas no espaço doméstico, influenciam e são influenciadas por questões sociais e políticas mais amplas, típicas do espaço público, e que as políticas públicas estatais têm grande impacto na forma com que tais relações se desenvolvem, seja reforçando os tradicionais papéis de género e relações de poder ou enfraquecendo-os.

O livro conta com 198 páginas no total, sendo dividido em introdução e cinco capítulos, cada um deles abordando aspectos relativos às políticas para família e de género em um dos países: Colômbia, Argentina, Cuba, Chile e Bolívia. A introdução traça um breve histórico da questão central do livro e contextualiza a discussão, trazendo também os pontos centrais trabalhados pelo GT que deu origem ao trabalho

¹ Mestranda no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC/UnB). Graduada em Ciências Sociais pela UFMG. Atualmente trabalha como Analista de Políticas Sociais no Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. E-mail: luizalobatoa@gmail.com

² São eles: Universidad de Caldas, Colômbia; Universidad San Martín, Argentina; Universidad Mayor de San Andrés, Bolívia; Universidad de Córdoba, Argentina; Universidad Nacional de Misiones, Argentina y el Centro de Estudios Psicológicos y sociológicos de Cuba.

escrito. Os capítulos seguintes tratam de questões tão diversas como segurança alimentar, políticas migratórias, de cuidado, transferência de renda e segurança pública, mas têm como eixo comum a ênfase dada aos impactos de tais políticas em questões familiares e de gênero. O livro conta com quinze diferentes autores e três editoras acadêmicas, que também são autoras da introdução.

Entrando especificamente na temática do livro, pode-se dizer que há quase um século as famílias latinoamericanas, direta ou indiretamente, são objeto de políticas sociais como resposta ao interesse dos Estados por bem estar. Este não é, porém, um campo com concepções claras e com definição específica, e ainda carece de legitimidade. Os próprios modelos de estado de bem estar que fundamentam as políticas sociais necessitam ser problematizados, assim como as concepções de família no qual se apoiam. Buscando apreender toda a complexidade das possibilidades teóricas e práticas do conceito, os autores do livro entendem “família” como:

“uma construção sociocultural e histórica; diversificada e polimorfa; uma rede de relações dinâmicas, potencialmente ativas e internamente complexas; tecido parental e simbólico; uma área de construção e desconstrução de identidades e subjetividades e das possibilidades de expansão das cidadanias dos seus membros” (Di Marco *et al*, *pág. 9*)

Um ponto que fica claro ao longo do livro é que tanto as famílias quanto as relações de gênero são aspectos centrais nas estruturas e políticas do estado de bem estar. Essa discussão remete ao

trabalho clássico de Esping-Andersen³, que argumenta que família, Estado e mercado são os três pilares do Bem Estar e a partir de diferentes combinações de suas ações se formam os tipos de Welfare State, ou Estados de Bem Estar Social. Quanto menos o Estado se faz presente, mais as responsabilidades tendem a recair sobre as famílias, que tradicionalmente são reduzidas à mulher/mãe, reproduzindo o que é chamado de familismo ou familiarização dos cuidados. O familismo se baseia em uma divisão sexual do trabalho na qual o homem é o provedor e a mulher é responsável pelos cuidados da família e da casa, sendo a tarefa feminina hierarquicamente inferior à masculina. São frequentes as tentativas de aplicação ou adaptação do modelo de Esping-Andersen à realidade latino americana, o que é problematizado por alguns autores. Além de grandes diferenças relacionadas aos valores ético-culturais e ideológicos, às representações da feminidade, masculinidade e maternidade, aos direitos de idosos e das crianças e à divisão do trabalho doméstico, existiriam aqui um conjunto de políticas sociais que escapam aos modelos preconcebidos: subsídios ao consumo, reformas agrárias, concessão de microcréditos, entre outras. Além desses elementos, há de se considerar que as famílias já não seguem mais o modelo de família nuclear no qual a teoria clássica foi baseada: a urbanização, a transição demográfica, as crises econômicas, a secularização, as migrações, as lutas feministas, entre diversos outros fatores,

³ ESPING-ANDERSEN, Gosta. *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Princeton University Press: Princeton: New Jersey, 1990.

produziram mudanças extremamente significativas no âmbito das famílias, que não podem ser desconsideradas.

Além da incontestável diferença entre América Latina e Europa, também dentro de nossa região coexistem grandes disparidades. Cada um dos cinco países analisados no livro tem uma realidade distinta que dificilmente se ajusta a um modelo canônico de análise de políticas familiares e de gênero. O livro busca trazer exatamente essa diversidade: a heterogeneidade de respostas estatais às questões se relaciona com as desigualdades da região, em aspectos sociais, econômicos e políticos.

No capítulo I, denominado *Nuevas demandas familiares: alimentación, convivencia, migración em Colombia*, Milena Franco Patiño, Luz María López Montaña e Juan Manuel Castellanos Obregón analisam o contexto político, econômico e social de onde emergem as políticas sociais colombianas, com especial foco nas questões de segurança alimentar, de combate à violência familiar e social e questões de migração interna e externa – todas com enfoque de gênero. A análise empreendida pelos autores busca demonstrar como a institucionalidade governamental e estatal constrói as necessidades da família e como as medidas políticas, diretrizes e programas que são elaborados para atender tais necessidades atuam sobre situações de desigualdades, seja mantendo-as ou modificando-as. Segundo análises dos autores, as políticas sociais com enfoque em gênero colombianas buscam garantir direitos e oportunidades para as “mulheres pobres” e/ou vulneráveis devido a

situações estruturais como deslocamento forçado e conflito armado. O Estado, portanto, atua por meio de políticas focalizadas que apenas entram em cena quando as famílias e o mercado não conseguem dar conta da necessidade. Os autores entendem que, desta forma, o Estado colombiano implementa políticas “mercantilistas, familiaristas, fragmentadas, compensatórias, assistencialistas e focalizadas”, não defendendo o marco constitucional de garantia de direitos para mulheres e homens.

O capítulo II, *Políticas sociales en Argentina y su impacto en las relaciones familiares y de género*, cujas autoras são Rossana Crosetto, Graciela Di Marco, Alejandra Domínguez, Cecilia Johnson, Nelly Nucci e Alicia Soldevila, analisa as políticas sociais argentinas partindo da premissa de Nancy Fraser de que políticas públicas comprometidas com a justiça social têm que levar em conta questões tanto de redistribuição quanto de reconhecimento. Assim como no caso colombiano, as políticas sociais argentinas são criticadas por sua focalização nos grupos vulneráveis, o que constituiria um critério oposto ao desenvolvimento de políticas universais baseadas em direitos dos cidadãos. Além de reforçar a exclusão e estigmatizar os beneficiários, as autoras afirmam que a focalização das políticas é responsável pela construção do discurso de quem é merecedor de ajuda do Estado e, em última análise, pela construção do próprio pobre. No âmbito específico das políticas para famílias, as autoras se propõem a discutir as “raízes culturais, históricas, políticas e econômicas” do autoritarismo e da violência, que atingem os mais

frágeis no âmbito das relações familiares e seguem em uma escalada que atinge toda a sociedade, nos mais diversos âmbitos. Segundo elas, “a democratização das relações familiares pode retroalimentar a democratização das instituições próximas à vida cotidiana”, levando a transformações sociais mais amplas.

O capítulo III, produzido por Rosa Campoalegre Septien, Ernesto Chávez Negrín, Claudia Riestra López, Laritza Solares, Yanel Manresa Paret e Ariel Arcaute Mollinea se denomina *Cuba. Políticas públicas familiares y de género en un contexto de cambios (2000-2013)* e aborda as transformações do modelo econômico e social cubano, cujo modelo de bem estar não se encaixa bem em nenhuma tipologia já desenvolvida, devido à orientação socialista do Estado cubano. O artigo relata que partir de 2010 o modelo econômico e social do país foi atualizado, sendo orientado para o socialismo articulado com elementos de mercado, visando à inclusão social por meio de políticas públicas universais em esferas chaves e atenção prioritária a determinados grupos sociais, com participação das famílias e da sociedade civil – o modelo de bem estar cubano é chamado chamada pelos autores de humanista, no qual “a maior riqueza é o ser humano”. Desde 2011, novas normas ampliaram a base legislativa dos direitos humanos em Cuba, através de políticas de saúde, , seguridade social, habitação, emprego, terras, cuidados e migração, sendo as duas últimas novidades no país. O modelo cubano de bem estar, apesar de não possuir políticas de gênero e para famílias explicitamente desenhadas, se caracteriza por uma ampla cobertura às necessidades

familiares através de políticas inclusivas que garantem o acesso universal e gratuito aos serviços sociais básicos. Chama atenção em termos de igualdade de gênero e direitos das mulheres, considerando o contexto latino-americano, as altas taxas de participação feminina na esfera pública, chegando a 49% de participação no parlamento, o direito ao aborto conferido às mulheres e a paridade entre salários femininos e masculinos em atividades laborais semelhantes. Apesar disso, os autores destacam que a desigualdade de gênero persiste na divisão sexual do trabalho doméstico e é reforçada pela insuficiente estrutura de serviços públicos para cuidado. O modelo cubano se baseia no Estado e na família, mas há uma tendência ao aumento da importância do mercado e da sociedade civil no modelo, o que alerta para o crescente risco de familiarização e mercantilização.

O capítulo IV se chama *La ausencia de una política migratoria chilena y el derecho a vivir en familia. Una mirada desde los niños y las niñas*, de autoria de Dery Lorena Suárez-Cabrera. Nele, a autora analisa a “Ley de Extranjería”, como um exemplo da falta de coerência de que, mesmo após quase três décadas de governo democrático, o Chile continue seguindo a constituição elaborada em 1975, durante a ditadura de Pinochet. A partir de discurso de crianças migrantes, a autora analisa os efeitos de uma política nacional ultrapassada que entende o estrangeiro como ameaça para a segurança nacional, dando espaço a diversas formas de opressão e dificultando o acesso dos estrangeiros aos direitos humanos, particularmente dos que favorecem os processos de reunificação familiar. O relato das crianças migrantes evidencia

os efeitos psicológicos da migração, fazendo referência à perda de referenciais afetivos e de figuras de proteção e atenção. Interessante notar que, apesar de estar na vanguarda dos direitos humanos, no que se refere à ratificação de tratados internacionais, inexistem no Chile uma política integral de infância e juventude com enfoque em direitos, o que deixa não apenas as crianças migrantes, mas também as chilenas, desprotegidas.

E, por fim, no capítulo V, denominado *Proceso de cambio y familias en Bolivia. Políticas y avances normativos*, Marlene Choque Aldana analisa as mudanças pelas quais a Bolívia vêm passando nos últimos anos, com a aprovação da nova constituição em 2009, que instituiu uma democracia intercultural e fortalecimento dos movimentos sociais. A autora pontua que esses avanços são paradoxais, pois a exaltação dos movimentos sociais anda paralelamente com a intenção de controlá-los e a exaltação da democracia do consenso convive com decisões tomadas por voto majoritário e sem discussão aparente. Esse novo modelo de Estado é contraditório também ao tratar das famílias: ele expressa simultaneamente que há uma diversidade nas famílias e que existe “uma família” que é à base da sociedade. As políticas de gênero são hoje orientadas à descolonização e à despatriarcalização - a primeira está ancorada no conceito de *Vivir Bien*, instituído pela constituição de 2009: são leis, planos e programas que enfatizam a interdependência entre as comunidades humanas e a natureza e trazem uma visão plural que questiona valores eurocêntricos. Já a despatriarcalização é um conjunto de políticas contra o patriarcado, que

representa hoje a linha condutora para a transversalização da dimensão de gênero nas políticas.

Para finalizar, cabe ressaltar que a obra é muito bem sucedida ao oferecer um panorama geral das políticas de gênero no contexto latino americano e ao apontar importantes desafios para o futuro: reforçar o vínculo entre direitos e políticas sociais, promover uma cidadania com reconhecimento das diferenças, implementar políticas que combatam e não reforcem as desigualdades, desconstruir modelos tradicionais de feminilidade, masculinidade, maternidade e paternidade, aprofundar a democracia, ou, de forma sintética e ampla, democratizar as famílias.